



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça da Paraíba  
Gabinete da Desembargadora Maria das Graças Morais Guedes

## DECISÃO MONOCRÁTICA

### AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0001317-20.2015.815.0000

**Origem** : 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital  
**Relatora** : Des.ª Maria das Graças Morais Guedes  
**Agravante** : José Lucas Santos de Queiroz  
**Advogado** : Adilson Alves da Costa  
**Agravado** : Estado da Paraíba

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO. INDEFERIMENTO DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. CONCURSO PÚBLICO. TESTE DE APTIDÃO FÍSICA. REPROVAÇÃO. MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO OU NOVA OPORTUNIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO EDITALÍCIA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. MOVIMENTAÇÃO DE TODA A MÁQUINA ESTATAL. DESARRAZOÁVEL. PRIVILÉGIO POR MOTIVO INDIVIDUAL. IMPOSSIBILIDADE. POSICIONAMENTO DOMINANTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INTELIGÊNCIA DO ENTENDIMENTO FIRMADO NO RE 630733/DF. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA TUTELA ANTECIPADA. DECISÃO MANTIDA. APLICAÇÃO DO CAPUT DO ART. 557 DO CPC. SEGUIMENTO NEGADO.**

- Os candidatos em concurso público não têm direito à prova de segunda chamada nos testes de aptidão física em razão de circunstâncias pessoais, ainda que de caráter fisiológico ou de força maior, salvo se houver previsão no edital permitindo essa possibilidade.

- O concurso público é um processo de seleção que deve ser

realizado com transparência, impessoalidade, igualdade e com o menor custo para os cofres públicos. Dessa maneira, não é razoável a movimentação de toda a máquina estatal para privilegiar determinados candidatos que se encontrem impossibilitados de realizar alguma das etapas do certame por motivos exclusivamente individuais.

- Para a concessão de tutela antecipada é necessária a constatação de seus requisitos autorizadores, quais sejam: a verossimilhança do direito alegado e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

**Vistos, etc.**

Trata-se de **Agravo de Instrumento com pedido de tutela antecipada** interposto por **José Lucas Santos de Queiroz** contra decisão de fls. 11/12, proferida pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital lançada nos autos da Ação Ordinária Anulatória de Ato Administrativo ajuizada em face do **Estado da Paraíba**.

O douto julgador indeferiu o pedido de tutela antecipada pretendida com fundamento na inexistência de preenchimento dos requisitos necessários para a concessão.

Em suas razões recursais, às fls. 02/09, o agravante sustenta que prestou concurso público para a carreira da Polícia Militar do Estado da Paraíba, regulado pelo Edital nº 001/2014 - CFSd PM/BM 2014, tendo sido classificado para se submeter ao exame de aptidão física (EAF) nos dias 12 e 13 de dezembro de 2014.

Aduz, ainda, que em razão do curto período de tempo para a preparação, necessitou intensificar os treinamentos, o que acarretou um entorse das articulações e dos ligamentos do joelho (CID 10 S83), comprometendo a sua participação na etapa do certame.

Sustenta que, no dia da prova, apresentou um atestado médico comprovando a sua condição física, entretanto, não foi autorizado a realizar o teste em data futura.

Diante disso, requer o efeito suspensivo ativo da decisão, a fim de antecipar os efeitos da tutela e assegurar a sua efetiva participação no Curso de Formação ou, alternativamente, realizar novo exame físico. No mérito, pugna pelo provimento do recurso, de modo que seja reformada a decisão que ora

se combate.

O efeito suspensivo fora indeferido às fls. 28/30.

Informações pelo Juízo *a quo* às fls. 39.

Sem contrarrazões.

A Procuradoria de Justiça, às fls. 41/43, opina pelo desprovimento do agravo de instrumento.

**É o relatório.**

**D e c i d o .**

O agravante pretende obter a concessão da liminar para assegurar a sua efetiva participação no Curso de Formação ou, alternativamente, realizar novo exame físico.

Pois bem.

Para a concessão da antecipação da tutela, o julgador, em sede de cognição sumária, precisa vislumbrar os requisitos autorizadores para a concessão da medida, quais sejam: a verossimilhança do direito alegado e de perigo de lesão grave e de difícil reparação (*periculum in mora*).

Inicialmente, vale salientar que o recorrente prestou concurso público para a carreira da Polícia Militar do Estado da Paraíba e foi classificado para se submeter ao exame de aptidão física (EAF). No entanto, sofreu entorse das articulações e dos ligamentos do joelho, o que comprometeu a sua participação na etapa do certame.

Feito este registro, resta evidente que o recorrente não alega irregularidade no concurso e nem demonstra previsão no edital para a realização de uma segunda chamada nos testes de aptidão física em razão de circunstâncias pessoais, mas tão somente afirma que, devido a intensificação dos treinos, fora acometido por lesões que o prejudicaram e pretende a sua matrícula no Curso de Formação ou uma nova possibilidade de realização da prova.

Ora, todos os concorrentes tiveram o mesmo lapso temporal para se preparar para o teste e foram submetidos à mesma disputa. Desse modo, entendendo que fere o Princípio da Isonomia assegurar ao agravante o direito de continuar no concurso, participando do Curso de Formação com os demais

candidatos que foram aprovados. Parece-me também anti-isonômico realizar um novo teste para o candidato eliminado.

Nesse sentido decidiu o Supremo Tribunal Federal no julgamento do recurso em **regime de repercussão geral RE 630733/DE, rel. Min. Gilmar Mendes**. A Corte entendeu que os candidatos em concurso público não têm direito à prova de segunda chamada nos testes de aptidão física em razão de circunstâncias pessoais, ainda que de caráter fisiológico ou de força maior, salvo se houver previsão no edital permitindo essa possibilidade. Vejamos o informativo 706 do STF.

“Informativo 706: Os candidatos em concurso público não têm direito à prova de segunda chamada nos testes de aptidão física em razão de circunstâncias pessoais, ainda que de caráter fisiológico ou de força maior, salvo se houver previsão no edital permitindo essa possibilidade.”

Como visto, fora priorizado o interesse público, já que ao se permitir a remarcação do teste de aptidão física nessas circunstâncias, está se possibilitando que o término do concurso seja adiado inúmeras vezes, considerando que, naquele determinado dia marcado, algum candidato poderia ter problemas de ordem individual, o que causaria tumulto e dispêndio desnecessário para a Administração.

Desta forma, não vislumbro a presença dos requisitos autorizadores da concessão da tutela antecipada, quais sejam, a verossimilhança do direito alegado pelo agravante/autor e o *periculum in mora*, razão pela qual não merece corrigenda a decisão agravada.

Por fim, insta ressaltar que o art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil o relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

Com essas considerações, **NEGO SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO** para manter a o *decisum* vergastado por estar em dissonância com o entendimento dominante do Supremo Tribunal Federal.

**P.I.**

Gabinete no TJPB, em 20 de outubro de 2015

**Desa. Maria das Graças Morais Guedes**

**R e l a t o r a**